

INVENTÁRIO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DAS FORTIFICAÇÕES CATARINENSES¹

Fernanda Codevilla Soares²

Angela Salvador³

Angelo Renato Biléssimo⁴

Resumo

As fortificações de Florianópolis e arredores foram projetadas, em meados de 1740, por José da Silva Paes – primeiro governador catarinense – com o objetivo de proteger a porção meridional da América Portuguesa. Estrategicamente localizada no caminho entre os portos de Rio de Janeiro/RJ e Buenos Aires, era fundamental para a coroa portuguesa demonstrar a quem pertencia a Ilha de Santa Catarina/SC e protegê-la de viajantes estrangeiros que nela aportavam para reparar e abastecer os navios com víveres. Com esse intuito foram construídas uma série de fortificações, das quais oito foram restauradas e cinco passaram por intervenções arqueológicas, entre elas: Santa Cruz do Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratonés, Santana e Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba. A pesquisa em tela objetiva apresentar o trabalho de inventário que vem sendo realizado com o acervo arqueológico salvaguardado na Reserva Técnica do MARquE/UFSC, proveniente dessas escavações. Nesse artigo são apresentados, inicialmente, os condicionantes históricos relacionados ao processo de implantação das fortificações na ilha catarinense e arredores; em seguida é feita uma revisão das pesquisas arqueológicas já desenvolvidas, visando fundamentar as análises pretendidas para a coleção; e por fim, é apresentada a metodologia de conservação preventiva desenvolvida para o acervo, o inventário em desenvolvimento e as propostas futuras de investigação para o material.

Palavras-chave: fortificações, cultura material, história, arqueologia, inventário.

INTRODUÇÃO

Imponentes na paisagem, as fortificações chamam atenção pela sua monumentalidade, destacando-se nos locais cuidadosamente escolhidos para serem

¹ Essas atividades fazem parte do Projeto de Pesquisa “O doméstico e o bélico: análise arqueológica da cultura material das fortificações catarinenses, mesorregião grande Florianópolis”, financiado pelo Edital Universal, da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e do Projeto de Extensão “O doméstico e o bélico: o cotidiano das fortificações catarinenses a partir da arqueologia”, financiado pelo Edital 002/2012 – PROCULTURA / SECULT / UFSC. E-mail: codevilla2005@hotmail.com.

² Colaboradora do MARquE e do LEIA – Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ Historiador do MARquE – Universidade Federal de Santa Catarina.

instaladas. Não somente por suas características construtivas, alicerçadas em rochas aparentemente impenetráveis, mas também por estarem associadas a momentos de relevância na história oficial do país.

Tamanha proeminência ao olhar fez com que a descoberta e a escavação das fortificações militares tivessem importante papel na consolidação da arqueologia histórica brasileira.

Diversos trabalhos foram realizados em fortes, fortalezas e baterias⁵, alguns desses podem ser comprovados pelos dados levantados no projeto em tela, visto que somente na ilha de Santa Catarina e arredores, cinco fortificações passaram por investigações arqueológicas: Santa Cruz do Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio de Ratonés, Santana e Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba.

Com o objetivo principal de compreender o cotidiano dessas fortificações e suas relações com o mundo moderno em expansão, o projeto vem realizando o levantamento bibliográfico da história das fortificações da Ilha de Santa Catarina e tem sistematizado a documentação produzida em campo durante as escavações efetuadas entre as décadas de 1980 e 2000 (BASTOS, 1987; FOSSARI, 1989a; FOSSARI, 1989b; FOSSARI, 1990a; FOSSARI, 1990b; FOSSARI, 1991; FOSSARI, 1992a; FOSSARI, 1992b; COMERLATO, 1999; COMERLATO, 2000; AMARAL, 2003). Além disso, com a finalidade de realizar a análise arqueológica dos materiais coletados em campo, encontra-se em desenvolvimento o inventário (numeração e descrição prévia) da coleção salvaguardada na Reserva Técnica do MARquE-UFSC (Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina).

Espera-se que, a partir da análise de evidências da cultura material das fortificações, novas perspectivas e novas fontes possam ser apresentadas no que se refere ao entendimento da história e das práticas culturais dos diferentes grupos sociais (comandantes, soldados, escravos, mulheres, prisioneiros, viajantes e outros) que viveram nestes sítios ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, lançando novos

⁵ Fortaleza caracteriza-se por uma denominação atribuídas as fortificações que contém duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes. Forte caracteriza-se por uma fortificação constituída de uma ou duas baterias, instaladas na mesma obra. Bateria caracteriza-se por uma obra de fortificação existente no interior de um forte ou de uma fortaleza, ou isoladamente, onde são alocadas peças de artilharia. E a palavra fortificação abrange, de modo geral, as três categorias descritas acima, podendo ser caracterizada como obras para defesa militar (CALDAS, 1992, p. 145).

vislumbres sobre o funcionamento e a história do complexo defensivo catarinense.

Almeja-se também, ao findar das pesquisas científicas, realizar exposições museais com esses vestígios a fim de incentivar leituras multivocais sobre a histórica catarinense e estimular a apropriação patrimonial e, conseqüentemente, a sua preservação por parte da comunidade da Grande Florianópolis.

HISTÓRICO DO COMPLEXO DEFENSIVO CATARINENSE: (IN) EFICÁCIA DE AÇÕES

O estudo da trajetória histórica da Ilha de Santa Catarina como parte do Império Português é marcado pela contínua disputa entre as potências ibéricas. Sua posição geográfica fazia da Ilha objeto recorrente de disputa entre Portugal e Espanha. No caminho entre o Rio da Prata e o Rio de Janeiro – centros da presença, respectivamente, espanhola e portuguesa no litoral atlântico sul americano – era, além disso, talvez o último grande porto natural antes da extensa região compreendida entre a Ponta de Santa Marta, em Laguna, e a barra do Rio Grande, no extremo sul do atual Rio Grande do Sul. Tais características a tornava importante ponto de parada e reabastecimento – a abundância de água doce, de alimentos, como frutas, caça e peixes, a grande quantidade de madeira apropriada para a navegação e a presença de populações nativas, que bem se relacionavam com viajantes europeus, para isso concorriam. Também se localizavam na zona em disputa criada pela imprecisão da demarcação do Tratado de Tordesilhas, de modo que ambas as Coroas a consideravam de sua posse (ARMAS, 1992).

A Ilha e seu entorno se tornaram, assim, alvo constante de expedições de ambas as nações. Essa presença constante dos rivais ibéricos causava, já no século XVI, situações de disputa. Em carta enviada ao Conselho das Índias em 1552, o espanhol Juan de Salazar critica a atuação dos portugueses nessas paragens:

Chegamos à Ilha de Santa Catarina (21 graus e meio)... A esta ilha achei despovoada: a causa foi que como faz muitos tempos que não vem a estas terras vassallos de Sua Majestade, os portugueses tem vindo a contactar com eles (os índios), dizendo que são castelhanos e de paz e assim tem enchido os navios e os tem levado como escravos para vender em São Vicente e outros lugares da costa para os engenhos de açúcar, do que se tem seguido grande dano à terra e aos que a ela vimos e hão de vir; e a Deus grande desserviço (LUZ, 2000, p. 26).

É esse cenário de disputa que leva Portugal a fortificar e aumentar sua presença

na Ilha de Santa Catarina, levando a Coroa a criar, em 11 de agosto de 1737, a Capitania de Santa Catarina, autorizando, ao mesmo tempo, a construção das fortificações necessárias para sua defesa. Santa Catarina passava, assim, da jurisdição de São Paulo para a do Rio de Janeiro, sede do Vice-Reinado, o que significava uma maior proximidade com Lisboa e uma elevação de categoria (CABRAL, 1968, p. 72-74).

Logo após, em 5 de agosto de 1738, o Brigadeiro José da Silva Paes, que viria a ser o grande responsável pela fortificação da região, é transferido para a Ilha de Santa Catarina, assumindo a responsabilidade militar pela região em 7 de março do ano seguinte. O Brigadeiro permaneceu na ilha até fevereiro de 1749, quando contava com quase 70 anos (PIAZZA, 1988, p. 91).

Desta maneira, a principal razão para o desenvolvimento da estrutura militar era a preocupação com a invasão do Brasil Meridional e com a manutenção da Colônia do Sacramento, em um cenário de disputa com a Espanha. Mesmo a localização da sede da capitania na Vila do Desterro, entre as duas baías, na região mais próxima entre a ilha e o continente, foi proposta pelo Brigadeiro Silva Paes partindo de sua conclusão que ali teria uma melhor defesa frente aos ataques inimigos do que no continente ou na costa atlântica da ilha (PIAZZA, 1988, p. 97). O próprio Brigadeiro José da Silva Paes foi responsável pelo desenho do sistema de fortificações.

As principais fortalezas, um triângulo de defesa da entrada da baía norte e um forte em uma ilha na entrada da baía sul, próxima à Ponta dos Naufragados, foram iniciadas em abril de 1739. Durante todo o desenrolar do século XVIII foi fortalecido o sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina. No ano de 1763 foi construído o Forte Sant'Anna, em frente ao estreito que separa a Ilha e o Continente, e a seguir o Forte São Francisco Xavier, na Praia de Fora. Em 1771, na mesma praia, mas orientado para a parte norte da ilha, foi construído o Forte de São Luiz. Em seguida, foram erguidos os fortes de Santa Bárbara, no sul da vila de Desterro e o de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na freguesia de mesmo nome. A última fortificação do sistema a ser erguida foi a Bateria de São João, no continente, defronte ao Forte Sant'Anna (CABRAL, 1972). Essa intrincada rede de defesas, entretanto, falharia de forma inequívoca na única situação de combate real que enfrentaria.

No final do mês de fevereiro de 1777, uma grande esquadra espanhola, comandada por Dom Pedro de Cevallos, amanhecia ao largo da Ilha de Santa Catarina.

Nos dias que se seguiram, foram caindo uma a uma as posições portuguesas que guarneciam a região, todas sem apresentar resistência frente ao rival ibérico. Março iniciou com a região sob bandeira espanhola, e assim permaneceria pelos dezoito meses seguintes, até que arranjos diplomáticos na Europa restituíssem a posse à Coroa Portuguesa, já sob comando da Rainha D. Maria I. A questão da utilidade e eficácia do sistema de fortificações tem causado debate desde então. Para a maioria dos pesquisadores que se debruçam sobre o tema, a falta de uma tentativa de defesa dificulta um veredito mais consistente sobre o tema. A intenção da corte portuguesa em defender a região é clara, mas, mesmo após tanto tempo decorrido, não é possível apontar um fator específico para a derrota, nem a qualidade e possibilidade das fortificações em um combate que não chegou a ocorrer.

Sabe-se que as tropas de Santa Catarina estavam cientes do inimigo e havia a disposição do Estado de fazer frente à ameaça. Talvez pela cadeia de erros que costuma caracterizar as grandes derrotas militares, todo o planejamento realizado foi inútil e pouca resistência foi apresentada. Resta-nos, como Flores (2004), apresentar as consequências, ainda que não seja possível atribuir responsabilidades:

As fortalezas nem chegaram a ser testadas no papel de defesa militar, para o qual a tanto tempo vinham sendo preparadas, desde 1738, quando José da Silva Paes chegou como primeiro governador da Capitania de Santa Catarina. É difícil avaliar se os erros foram cometidos pelos seus engenheiros e construtores, pelos homens que deviam guarnecê-las, pelos chefes e governadores que deviam administrar a defesa ou ainda pela política externa portuguesa no seu constante jogo de alianças (FLORES, 2004, p. 80).

Esse período de domínio espanhol marcou profundamente o imaginário catarinense. Ainda hoje o turista que visita alguma das belas fortificações da atual Florianópolis é recebido com histórias – contadas com um misto de vergonha e picardia – sobre a capitulação sem resistência das fortalezas no único confronto que elas conheceram. Com o passar dos anos, as edificações foram tomando papéis diferentes – de leprosário a atração turística – mas é ainda sua função original que mais exerce fascínio, e é sobre as práticas cotidianas das pessoas que por ali passaram que mais profundamente se busca informações na arqueologia.

REVISÃO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NAS FORTIFICAÇÕES CATARINENSES: RESTAURAÇÃO X ARQUEOLOGIA

De acordo com o mencionado antes, as fortificações catarinenses que receberam intervenções arqueológicas foram: São José da Ponta Grossa, Santa Cruz do Anhatomirim, Sant'Ana, Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba e Santo Antônio de Ratonés.

Nesse artigo, é analisada a documentação produzida através dessas pesquisas arqueológicas visando levantar dados que auxiliem futuros trabalhos de investigação com o material proveniente das escavações. Tal levantamento foi realizado a partir de projetos e relatórios de pesquisa, diários de campo, fichas de escavação, fichas de laboratório e croquis/plantas das escavações que se encontram no MARquE - UFSC e no Arquivo do IPHAN - SC⁶.

A maior parte dessas escavações teve início na década de 1980 e estendeu-se aos anos 2000. Nesse período, segundo Symanski (2009, p. 281), a arqueologia histórica no Brasil estava passando por um processo de consolidação, marcado, entre outros, pelos estudos de “sítios monumentais, como fortes, igrejas e palácios”, contemplados em projetos de restauração.

Lima (1993, p. 229) afirma que a maior parte dos trabalhos históricos produzidos entre 1960 e 1980 apresentava certa padronização na sua apresentação, que se caracteriza por: presença de referenciais históricos nos quais se inclui o objeto da pesquisa, exposição de dados geográficos e topográficos do sítio, descrição de informações quanto aos métodos e técnicas utilizadas em campo, análise estratigráfica, exposição de dados referentes à funcionalidade, técnicas construtivas e aspectos formais dos sítios, e, por fim, descrição do material coletado. Tratam-se especialmente de trabalhos descritivos e informativos, porém, não interpretativos.

As intervenções arqueológicas desenvolvidas nas fortificações catarinenses litorâneas inserem-se no contexto exposto por Symanski (2009) e Lima (1993), porém, apresentam algumas semelhanças e diferenças com relação às características apresentadas pelos autores.

Em termos de semelhanças, cabe destacar a natureza monumental e colonial desses sítios, que os inclui entre os principais tipos de patrimônios que recebiam

⁶ Nesse artigo, não se encontram os dados referentes à fortificação de Santo Antônio de Ratonés, visto que o material proveniente desse sítio não foi salvaguardado na Reserva do MARquE-UFSC e não se encontrou a documentação referente aos trabalhos de campo desenvolvidos.

atenção da arqueologia na época. Além disso, as escavações foram motivadas pelo projeto de restauração arquitetônica denominado “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – 250 anos na história brasileira”, fruto de uma parceria entre IPHAN e UFSC, datado de 1989.

O projeto de restauração tinha entre seus objetivos “comemorar 250 anos do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, completar o restauro da Fortaleza de Santa Cruz, restaurar a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos, restaurar a fortaleza de São José de Ponta Grossa e consolidar as edificações e muralhas da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição” (UFSC; IPHAN, 1989, p. 12)⁷.

A metodologia compreendia um “programa de eventos e produção de recursos educacionais” (UFSC; IPHAN, 1989, p. 15), que incluía a realização de concursos, exposições artísticas de filmes e teatros, levantamento de fotos e documentos históricos, entre outros.

Nesse projeto de restauração, os trabalhos de arqueologia figuram após a descrição do orçamento do projeto, entre a lista de “serviços a executar”⁸ e caracterizavam-se por:

- Fortaleza Santa Cruz de Anhatomirim: prospecção dos pisos da Casa próxima ao Ancoradouro, do Paiol da Farinha e da Nova Casa do Comandante (UFSC; IPHAN, 1989, p. 24 e 25);
- Fortaleza Santo Antônio de Ratonos: prospecção para descobrimento de pisos das canhoneiras e obras de interesse arqueológico existente nos terraplenos; prospecção para descobrimento dos pisos das edificações Casa da Palamenta, Quartel dos Oficiais, Quartel da Tropa, Cozinha e Paiol da Pólvora; prospecções no Fosso e Acesso ao Forte (UFSC; IPHAN, 1989, p. 28 e 29).
- Forte São José da Ponta Grossa: prospecção arqueológica dos pisos do Paiol da Pólvora, da Casa do Comandante, do Quartel da Tropa, da Cozinha e da Casa da Palamenta (UFSC; IPHAN, 1989, p. 32 e 33).

⁷ Deve-se esclarecer que a equipe de arqueologia do MARquE/UFSC, que realizou as pesquisas no Forte São José da Ponta Grossa e na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim não participou da elaboração do referido projeto, sendo que os encaminhamentos a partir da UFSC foram de responsabilidade do DAEX – Departamento de Extensão, vinculado a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC.

⁸ Entre ações como “execução de cintamento em concreto armado, execução de cobertura, recuperação de parede de alvenaria, colocação de esquadrias, execução de reboco e pintura, instalação elétrica e hidráulica” e assim por diante.

- Fortaleza Nossa Senhora da Conceição: prospecção arqueológica de pisos de edificações (UFSC- IPHAN, 1989, p. 36).

Nesse sentido, pode-se dizer que a arqueologia é compreendida neste projeto como uma técnica auxiliar da arquitetura, cuja principal finalidade é levantar dados que pudessem assessorar as ações de restauração desses monumentos coloniais.

O papel coadjuvante da arqueologia está representado, entre outras características, pela sua posição no corpo do projeto, ou seja, entre a lista de itens de serviços a executar, como sendo uma atividade essencialmente técnica; e por estar direcionada, quase que exclusivamente, para a realização de prospecções no piso de algumas estruturas (não de todas) e em certas áreas externas das edificações, a fim de auxiliar as obras de restauro.

No entanto, apesar dessas diretrizes, o que se pode perceber a partir da análise dos projetos e relatórios de arqueologia, é que nem todas as pesquisas seguiram essas limitações. E nesse sentido, as pesquisas nas fortificações litorâneas catarinenses apresentam algumas diferenças com relação ao contexto exposto por Symanski (2009) e Lima (1993).

A maioria dos trabalhos realizados não se limitou a quantificar portas e janelas, ou diagnosticar tipos de pisos e telhados. Essas ações são compreendidas entre os resultados da pesquisa, porém, é possível perceber que o objetivo principal das intervenções era compreender esses sítios nos seus aspectos culturais, seja enfocando suas funções militares e aspectos do seu cotidiano (como propõe FOSSARI et al., 1992), seja como um local de encontro de diferentes grupos culturais (como propõe AMARAL, 2003).

Assim sendo, no quadro a seguir pode se perceber, de modo sintético, as principais características das ações realizadas. O mesmo compreende a identificação dos arqueólogos responsáveis pela intervenção, o objetivo da investigação, as estruturas escavadas, a metodologia utilizada, os resultados e as conclusões das pesquisas.

Tabela 1: Pesquisas arqueológicas nas fortificações catarinenses.

ARQUEOLOGIA NAS FORTIFICAÇÕES LITORÂNEAS CATARINENSES			
	SANTA CRUZ DO ANHATOMIRIM	SÃO JOSÉ DE PONTA GROSSA	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
Responsável	Teresa D. Fossari (1989)	Rossano L. Bastos (1989) Teresa D. Fossari (1989 e 1990)	Maria Madalena V. Amaral(2003)

Objetivos	Encontrar o piso original das edificações; comprovar, ou não, a existência de paredes divisórias e precisar que tipo de revestimentos cobria as estruturas.	Resgatar informações sobre a fortificação enquanto assentamento humano, especialmente no que se refere aos aspectos do seu cotidiano.	Abordar o tema das fortificações como um processo que envolveu assentamento humano, através do qual, grupos culturalmente diferentes se encontraram – os luso-brasileiros, açorianos-madeirenses, índios guaranis e afro-brasileiros.
Estruturas	Armazém da Praia ou Casa do Trapiche e Paiol da Farinha.	Quartel da Tropa, Cozinha, Comuas, Canhoneiras, Casa do Comandante, Paiol da Pólvora, Palamenta, Lateral da Capela, Portada, Recintos Laterais e Fosso.	Palamenta, Paiol da Pólvora, Fonte, Cisterna, Quartel da Tropa e Cozinha.
Metodologia	Poços-testes e escavação de amplas superfícies na parte interna das estruturas e trincheiras nas partes externas.	Poços-testes, trincheiras e escavação de amplas superfícies na parte interna das estruturas e sondagens e trincheiras nos entornos das edificações, que eram ampliadas em áreas de escavação de acordo com a necessidade. Rebaixamento do solo por níveis naturais.	Escavações nas partes internas e externas das estruturas, com quadrículas de 1 x 1m, em níveis artificiais de 10 em 10cm. Porém, nos casos em que se percebia estratificação diferenciada dos sedimentos, se procedia a escavação por níveis naturais.
Resultados	Trouxe à tona elementos construtivos antes desconhecidos, tais como: diversidades de pisos, paredes caídas, evidencição de aberturas (portas e janelas), calçamentos e soleiras. Recuperou uma série de materiais: cerâmicas, louça branca e colorida, fragmentos de vidros, carvão, ferro e reboco de parede.	Trouxe à tona elementos construtivos antes desconhecidos, tais como: diversidades de pisos, soleiras, fundações, escadas, aberturas, paredes, fogões e comuas. Recuperou uma série de materiais relacionados à construção (telhas, tijolos, ferragens, pregos, cravos, ferrolhos, dobradiças e fechadura), ao cotidiano (louças, cerâmicas, vidros, moedas e vestígios ósseos alimentares) e às funções militares (armamentos, munição e vestuário) entre outros.	Trouxe à tona elementos construtivos antes desconhecidos, tais como: diversidades de pisos, soleiras, fundações, escadas, aberturas, paredes, canais de escoamento, sistemas de drenagem, aberturas de ventilação, corredores, contra-pisos, fogões e comuas. Recuperou-se material cerâmico de barro cozido, louça branca, grés, vidros, metais (botões, fivelas, dedais, pregos, cravos, fechaduras, ferrolhos, dobradiça e armamento) e restos faunísticos.
Conclusões	Não foram apresentadas. Segundo consta no relatório preliminar, o trabalho arqueológico foi interrompido antes de ser finalizado. Por determinação da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da UFSC, tendo em vista não atrasar as	A fortificação estava estrategicamente localizada e conclui-se pelo equilíbrio no conjunto, como também, pela funcionalidade das edificações. A hierarquia na fortaleza pode ser constada a partir das acomodações das	Não foram apresentadas. Segundo consta no relatório, as conclusões serão produzidas após a finalização dos trabalhos de laboratório e depois da análise do contexto sítio, ou seja, depois da “avaliação de todos aqueles dados coletados,

	obras de “restauração”. ⁹ Inclusive, no projeto inicial eram previstas intervenções na Nova Casa do Comandante, ou Antiga Capela, que não foram realizadas.	estruturas e da diversidade da cultura material coletada. Essa última também apresenta cronologias de diferentes períodos históricos e representa as mudanças históricas pelas quais a fortaleza passou. A partir das observações da cultura material, conclui-se que a rusticidade e o abandono da Fortaleza era uma realidade, porém, pode ter relativamente exagerada nos documentos históricos. O trabalho chama atenção para as relações estabelecidas entre essa fortificação e as comunidades vizinhas, já que a mesma não era autossuficiente, e pela possibilidade dos soldados morarem com suas esposas nos entornos imediatos das fortificações.	em termos de distribuição das edificações e suas funções a partir do estudo da distribuição e quantificação das evidências arqueológicas” (AMARAL, 2003, p. 50).
--	---	---	--

O **Forte Santana**, diferente dos anteriores, teve sua pesquisa motivada devido a possibilidade eminente de destruição. Segundo Comerlato (2000, p. 5) durante uma visita realizada na área do sítio, foi constatado que “na prainha abaixo da edificação estavam espalhados centenas de fragmentos cerâmicos em sua maioria faiança fina, [...] porcelana e cerâmica vidrada”, além de um fragmento de cerâmica guarani, que foi imediatamente recolhido.

A pesquisa foi realizada no ano de 1999, sob a responsabilidade de Fabiana Comerlato e caracterizou-se por um trabalho assistemático e emergencial de coleta de superfície. De acordo com Comerlato (1999, p. 3) o afloramento do material em superfície ocorreu devido a ação das marés, especialmente após a construção de um trapiche para os bombeiros em área próxima ao forte, o qual levou a erosão de parte do terreno que circunda a edificação e no afloramento de diversos fragmentos arqueológicos pela praia. Segundo a arqueóloga, é possível perceber linhas de acumulação de artefatos de acordo com o retrabalhamento do mar no local.

⁹ Segundo a arqueóloga Teresa Domitila Fossari, que coordenou as escavações nesta fortaleza, a mesma havia sido submetida a várias obras de “restauração” na década de 1970, sem contar sequer com a presença de um arqueólogo durante tais intervenções (comunicação pessoal Teresa Domitila Fossari).

De acordo com a pesquisadora, a grande quantidade de material recolhido indica que essa prainha funcionava como uma grande lixeira, onde os materiais que não eram orgânicos, eram enterrados. Comerlato (1999, 2000) afirma que vários materiais recuperados em campo apresentam marcas de queima, logo, é provável que o lixo tenha sido queimado antes de ser enterrado na praia.

O material coletado caracteriza-se por “bordas, fundos e alças de faiança fina, porcelana fina e cerâmica vidrada (colonial), fragmentos de vidro, de procedência nacional e estrangeira, além de um fragmento de cerâmica guarani” (COMERLATO, 2000, p. 7).

O trabalho analisado descreve os procedimentos realizados em campo e apresenta algumas tentativas de análises preliminares, arriscando algumas indicações de padrões e estilos decorativas de louças e de procedência de determinadas peças a partir de selos de fabricação. No entanto, conforme afirma a autora, tratam-se de análises preliminares e não conclusivas sobre o tema.

Nesse sentido, a partir do exposto, pode-se dizer que as preocupações das pesquisadoras vão além da descrição dos elementos estruturais das ruínas das fortificação. É evidente a intencionalidade de se compreender as fortificações em termos culturais e enquanto assentamentos humanos. Porém, percebe-se que nem todos objetivos pretendido puderam ser alcançados. As conclusões, muitas vezes, não estão presentes nos relatórios e a maior parte dos trabalhos apresentam-se como não finalizados.

Uma exceção é a pesquisa da Fortaleza São José de Ponta Grossa, que apresenta conclusões, bem como, preocupações de situar contextualmente os vestígios e as descobertas realizadas. No relatório e no artigo publicado, são apresentadas diversas possibilidades interpretativas oriundas das constatações de campo, das investigações dos documentos históricos e dos levantamentos arquitetônicos (FOSSARI, 1989, 1992).

Outra particularidade entre as pesquisas elencadas é a ênfase nas edificações. Os relatórios e artigos são detalhados quanto à metodologia utilizada e quanto as evidências construtivas encontradas. No entanto, no que se refere à cultura material, as mesmas são apenas mencionadas e relacionadas ao local de onde foram coletadas. Não são detalhados dados relacionados à análises e interpretações das mesmas. Pode-se perceber que a cultura material passou por um processo de ordenação em laboratório, de

modo a disponibilizá-los para pesquisas futuras, porém, não chegou a ser inventariada e investigada.

Assim, uma das lacunas percebidas a partir da análise dos relatórios dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos nas fortificações catarinenses, trata-se da análise da cultura material recuperada em campo, que ainda não foram alvos de estudos sistemáticos e interpretativos¹⁰. Dessa forma, o projeto pretende dar continuidade aos trabalhos iniciados na década de 1980, enfocando novas perspectivas de análise a partir da cultura material recuperada nos sítios militares catarinenses.

INVENTÁRIO DA COLEÇÃO E ATUAIS PERSPECTIVAS DE PESQUISA

O material coletado nas intervenções arqueológicas realizados nas fortificações catarinenses é composto por fragmentos de cerâmica, faiança, porcelana, grés, vidros, ossos, metais e outros, classificados, na sua maioria, como artefatos domésticos e militares, de uso cotidiano e bélico, dos séculos XVIII à XX, com destaque para: louças, talheres, taças, garrafas, vidros de perfumes, vidros de remédio, escovas de dente de ossos, fragmentos de vestuário (botões, presilhas, fivelas), moedas, restos de alimentação, munição de variados calibres, balas de canhão e outros ainda em processo de identificação.

Após a coleta de campo, este material foi triado quanto à sua natureza e higienizado, de forma sistemática, pela equipe do MARquE-UFSC. O processo de higienização respeitou as características constituintes de cada peça do acervo, lembrando que materiais diferentes receberam tratamentos diferentes:

- Cerâmica, faiança, vidros, porcelana e grés devem ser, preferencialmente, higienizados em água com a ponta dos dedos, e/ou, quando necessário, escova macia. Emprega-se menor quantidade de água possível para lavar estes materiais, uma vez que

¹⁰ Nesse sentido, é importante considerar que as pesquisas nas fortificações vinculadas ao *Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos na história brasileira*, pelo menos no caso do MARquE-UFSC, só contava com uma arqueóloga, sendo que equipe de arqueologia era formada por pessoal contratado para realizar as escavações e a parte inicial dos trabalhos de laboratório (comunicação pessoal Teresa Domitila Fossari).

em grande quantidade, ou mesmo a imersão, pode facilitar quebras ou descascamentos de peças frágeis (SEASE, 1994, p. 30)¹¹.

- Metais devem ser, preferencialmente, higienizados sem uso de água por conta do acelerado processo de corrosão e oxidação ativas nos fragmentos. As peças são escovadas somente com cerdas macias para remover a sujeira superficial. Ou, segundo Sease (1994, p. 66), opta-se por “Loosen such lumps of dirt by touching them with a brush filled with alcohol and then scrape them off with a wooden tool or brush”.
- Ossos devem ser, preferencialmente, limpos com algodão e álcool e, quando necessário, são utilizados instrumentos cirúrgicos de dentistas. Ossos mais fortes de animais são lavados com pouca água, para desgrudar a sujeira incrustada. Sempre se toma cuidado para não arranhar ou quebrar o osso, haja vista a possibilidade de existir alguma marca de uso no fragmento (SEASE, 1994, p. 50). Os procedimentos com água não foram realizados entre o material ósseo oriundo das fortificações.

Figura 1: Cultura material das fortificações catarinenses.



Foto: Soares, 2012.

Após a lavagem, os materiais foram espalhados por uma mesa ou em peneiras, onde secaram durante alguns dias antes de serem embalados.

¹¹ Os materiais dessa natureza proveniente da escavação da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba passaram por um processo adicional de dessalinização, o qual compreendeu a imersão dos mesmos em recipientes plásticos com água, que eram trocadas diariamente, a fim de retirar os sais solúveis e evitar problemas de conservação.

Concluído o processo de higienização, o material foi guardado em caixas brancas empilháveis de marfinita na Reserva Técnica do museu. Foi tomado o cuidado de acondicionamento do material em sacos *zip* e de etiquetá-los. Nestas etiquetas, informações sobre origem, natureza e quantidade de material foram expostas. Informações também foram registradas na frente das caixas sinalizando os materiais presentes no seu interior e a fortificação a que pertencem.

Segundo Sease (1994, p. 14), os sacos *zip* devem ser de polietileno e não podem ser substituídos por outros tipos de sacos plásticos, como de PVC, visto que a composição química destes, nas diferentes condições de temperatura, pressão e umidade, pode ocasionar reações químicas e produzirem ácidos prejudiciais às peças arqueológicas.

Esses trabalhos renderam à Reserva Técnica do MARque - UFSC 78 caixas com materiais recuperado no Forte São José da Ponta Grossa, sendo grande parte delas com material cerâmico; 8 caixas do Forte Santana; 4 caixas Santa Cruz do Anhatomirim; 56 caixas da fortificação de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba; e apenas 1 caixa de Santo Antônio de Ratonés.

Figura 2: Reserva Técnica do Marque-UFSC.



Foto: Reis, 2013.

Conforme referido anteriormente, nota-se, até agora, uma lacuna nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos sobre as fortificações catarinenses entre as décadas de

1980 e 2000. Essa diz respeito à análise da cultura material recuperada em campo. Percebe-se que quando são feitas menções aos vestígios arqueológicos, os mesmos são descritos e relacionados ao local de onde foram coletados, algumas vezes, são submetidos a classificações e análises preliminares, porém, na sua maioria, ainda não haviam sido alvo de estudos sistemáticos, interpretativos e de extroversão do conhecimento.

Nesse sentido, o projeto em tela pretende complementar essas pesquisas arqueológicas, analisando não apenas o ambiente edificado das fortificações, como até então foi realizado, mas também, os artefatos supracitados representativos das práticas cotidianas dos diferentes grupos sociais que nelas viveram. Os quais são representativos de diferentes momentos históricos e trazem à tona informações elementares sobre os processos de reformas e novos usos que essas edificações tiveram ao longo dos tempos.

Para atingir esses objetivos, iniciou-se o processo de inventário e de sistematização do acervo. A primeira ação do projeto foi direcionada a localização e organização das caixas que seriam alvo de intervenção. As caixas de cada uma das fortificações foram expostas na reserva e dispostas nas prateleiras de acordo com o material existente no seu interior. O vislumbre da quantidade do material nas prateleiras levou a escolha da cerâmica arqueológica do Forte de São José de Ponta Grossa para iniciar o trabalho de numeração e inventário.

A numeração dessa coleção arqueológica foi realizada de forma sequencial e cada fragmento ou peça foi tombado com a sigla do sítio (três letras), o número de proveniência da peça/fragmento (que indicará o local do sítio onde foi coletado) e o número individual da peça/fragmento (por exemplo, FPG-1-1).

Para os materiais encontrados no Forte de São José da Ponta Grossa, a procedência é informada na etiqueta dentro do saco *zip*. Após a pesquisa da documentação primária do sítio (projetos e relatórios de pesquisa, diários e fichas de campo), elaboraram-se os seguintes números de proveniência (NP) para essa fortificação:

Tabela 2: Número de proveniência da Fortaleza de São José da Ponta Grossa.

NÚMERO DE PROVENIÊNCIA DA FORTALEZA SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA	
ÁREA/SETOR DA ESCAVAÇÃO	NP
Casa do Comandante e Paiol da Pólvora - Área III	
Interior da Casa do Comandante, denominado de setor G;	1
Interior do Paiol da Pólvora, denominado de setor F;	2
Fundos da Casa do Comandante, denominado de setor H1 e setor H2;	3
Frente da Casa do Comandante ou Lateral da Capela, denominado de Setor I.	4
Quartel da Tropa e Cozinha - Área I	
Quartel da Tropa e Cozinha, denominados setores A e B	10
Canhoneiras, denominada setor C e D	5
Comua ao lado da cozinha denominada de setor L	6
Palamenta Área II, setor E.	7
Portada e nos Recintos Laterais da entrada da fortaleza - Área IV	
Recintos Laterais, denominados de setor J1 e J2	8
Fosso denominado de setor K	9
Material proveniente de lixeiras	LX

Durante a numeração/tombamento procedeu-se ao preenchimento de uma ficha (Ficha de Inventário) onde constavam os dados de proveniência, em seguida foi realizada a descrição de cada fragmento/peça e registrado o código (sigla + nº sequencial) dado à peça/fragmento numerado.

É importante destacar que esse processo de numeração deve ser realizado com muita atenção e cuidado, visto que as peças já passaram por grande perturbação em seu estado inicial:

All excavated materials have suffered some degree of deterioration which has weakened them in one way or another. Important structural components may have been partially or completely leached out or, if still present, may have been rendered unsound through desiccation, corrosion, or attack by biological, chemical, or physical agents. No matter what the cause, the important point is that archaeological material is generally in a fragile and weakened condition. It should be handled, therefore, with the utmost care at all times (SEASE, 1994, p. 19).

As peças ou fragmentos foram numerados com nanquim branco ou preto (dependendo da coloração da peça) com auxílio da “pena” ou caneta própria para essa atividade. Para homogeneizar a superfície do local a ser numerado – anular ranhuras, relevos e rachaduras que dificultam o trabalho de numeração – utilizou-se esmalte incolor (esmalte base). Ao utilizar o esmalte, aguardou-se a secagem para que não ocorressem borrões, o que impossibilitaria a leitura do código da peça/fragmento e a aplicação da numeração.

Depois de numerados, os artefatos foram guardados individualmente em sacos *zip* para maior proteção da peça e também da numeração, a qual, por vezes, pode sumir

ou invalidar-se por conta do atrito com outras peças. Estes sacos contendo fragmentos são guardados dentro de um saco *zip* maior e colocados de volta na caixa de origem. Quando colocados de volta, teve-se o cuidado de envolvê-los em papel isomanta dentro da caixa. Conforme Sease (1994, p. 34-37) e Cross, Hett e Bertulli (1991, p. 29), esses procedimentos são necessários para diminuir as forças mecânicas e físicas atuantes sobre a caixa, mantendo assim as peças nas melhores condições para posterior análise e/ou exposição, assim como, para proteção contra eventuais choques e transportes dentro da reserva técnica.

Até agora foram numeradas e inventariadas duas caixas do Forte São José da Ponta Grossa. Nestas, havia 364 fragmentos cerâmicos. Ao analisar as Fichas de Inventário preenchidas, nota-se que 66% das peças numeradas são bojós, além de ser notável a grande quantidade de fragmentos com decorações variadas, mas principalmente vitrificadas, tanto na face interna, quanto externa. Este tratamento de superfície aparece nas cores verde, amarelo e laranja, com certas variações tonais. Vale citar ainda a presença dos apêndices, apliques e alças. Nesta categoria, merece destaque, por seus aspectos formais e manufatura, a peça de código FPG – LX – 80, um apêndice modelado zoomorfo de ave.

Foto 3: Apêndice modelado zoomorfo de ave.



Foto: Salvador, 2013.

É através desta organização, numeração e análise do material das fortificações, que novas perspectivas poderão ser apresentadas no que se refere ao entendimento das práticas culturais dos diferentes grupos sociais (comandantes, soldados, escravos, mulheres, prisioneiros, viajantes e outros) que viveram nestes sítios ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, lançando novos vislumbres sobre o funcionamento e a história do complexo defensivo catarinense.

O estudo preliminar (do cotidiano, saberes e fazeres) dos grupos supracitados e do funcionamento das fortificações, auxiliará no estabelecimento de métodos para análise dos materiais arqueológicos. Ou seja, entender a distribuição destes grupos dentro das fortificações, a alimentação e os contatos com outros grupos e com o exterior, a partir dos documentos escritos, podem ajudar na compreensão do material arqueológico. Por outro lado, de modo dialético, a partir da análise da cultura material desses grupos, é possível construir, reconstruir e direcionar novos conhecimentos para a compreensão do cotidiano desses personagens ao longo da história da Ilha de Santa Catarina e adjacências.

Em perspectivas recentes, os artefatos arqueológicos são considerados como elementos ativos, dinâmicos, capazes de carregar representações e também criar significados (FUNARI; ZARANKIN, 2002, p. 24-25) sociais e culturais entre os grupos humanos no passado e no presente.

Por vezes, esses artefatos, vestígios materiais analisados pelos arqueólogos, são abandonados pelos grupos pretéritos de modo não intencional, sem ciência da possibilidade de criação de dados sobre a história de seu tempo, sem compreender que carregam significados, símbolos de suas ações. Cabe ao arqueólogo analisar e “ler” nessas evidências materiais as práticas cotidianas e anônimas, as feições socioeconômicas e culturais, reveladoras do caráter de uma sociedade e as táticas de dominação e resistência dos grupos deste ambiente social (LIMA et al., 1989, p. 205).

Enquanto uma análise e leitura feita no presente, compreender o contexto histórico no qual se inclui o arqueólogo, também é indispensável para construir narrativas sobre o passado. Lembrando que essa narrativa elaborada pelo arqueólogo, trata-se de uma prática interpretativa entre outras possíveis (JOHNSEN; OLSEN, 1992).

Nessa perspectiva, o material proveniente dos sítios militares apresentados neste artigo tem o potencial de informar como se deu a inserção da sociedade litorânea catarinense no mundo moderno e no processo de expansão capitalista. Nesse sentido, deve-se destacar que a maioria dos artefatos existentes nessas coleções possui origem estrangeira, especialmente os artigos em louças, vidros e em metal; o que representa as interações entre os grupos sociais que viviam nas fortificações e o mundo moderno em expansão. Além disso, as próprias edificações desses monumentos militares representam as amarras da dominação e da hierarquia do poder colonizador lusitano.

Por outro lado, de modo particular, Funari (2002) e Zarankin (2004) afirmam que esse processo de expansão capitalista não atingiu diferentes partes do mundo de modo homogêneo, existindo peculiaridades locais que individualizam esses processos; essas particularidades variam de contexto para contexto e de sociedade para sociedade, sendo que esses processos podem ter sido aceitos, negociados, negados ou parcialmente apropriados em cada região.

O estudo das particularidades históricas e arqueológicas das fortificações catarinenses é uma das pretensões dessas pesquisas, assim como, a compreensão das práticas culturais que representam como diferentes grupos sociais viveram, ao longo dos tempos, nesses sítios militares do litoral central de Santa Catarina.

Pretende-se também, em última instância, realizar exposições museais com esses vestígios a fim de incentivar leituras multivocais sobre a histórica catarinense e estimular a apropriação patrimonial e, conseqüentemente, a sua preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fortificações catarinenses constituem expressiva representatividade na paisagem litorânea catarinense, sendo que parte de sua história é atrelada ao episódio de conquista da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis em 1777.

Inicialmente construídas por José da Silva Paes em 1750, quando os limites e fronteiras em Brasil e países vizinhos eram imprecisos, as fortificações eram vistas sob este contexto histórico, na maior parte das narrativas a elas relacionadas.

Porém, no decorrer dos anos, as fortificações foram submetidas a uma série de reformas e adquiriram novos usos e significados. Atualmente, caracterizam-se por ruínas que foram restauradas e são visitadas por diversos turistas que se dirigem a Florianópolis nos meses de verão.

A pesquisa em desenvolvimento tem por objetivo apresentar um novo olhar sobre esses monumentos históricos, a ser construído a partir de elementos da cultura material recuperados nas atividades de escavações arqueológicas realizadas nesses sítios.

Para tanto, vem sendo realizado o inventário da coleção, que está salvaguardado na Reserva Técnica do MARque-UFSC e pretende-se realizar análises arqueológicas

sistemáticas do material (o qual compreende fragmentos louças, cerâmicas, vidros, ossos, metais, tijolos e telhas).

Espera-se compreender, a partir dos vestígios arqueológicos, as práticas cotidianas dos grupos sociais que ocuparam esses sítios ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX; apresentando diferentes personagens que atuaram nesse contexto (mulheres, escravos, indígenas, soldados, comandantes, viajantes, governadores e outros) e revelando os usos ou significados que tais fortificações tiveram para a comunidade local no decorrer dos anos. Sem esquecer, no entanto, das vinculações estruturais entre as fortificações e as expansões colonialistas europeias do período; as quais, inclusive, determinaram a edificação desses prédios militares.

Referências

AMARAL, M. M. V. **Relatório de Pesquisa**. A pesquisa arqueológica na Fortaleza Nossa Senhora da Conceição – Ilha de Araçatuba – Município de Palhoça / SC, 2003.

ARMAS, Antonio Rumeu de. **El Tratado de Tordesillas**: Rivalidad hispano-lusa por el dominio de océanos y continentes. Madrid: MAPFRE, 1992.

BASTOS, R. L. **Relatório preliminar das pesquisas de salvamento da Fortaleza de São José da Ponta Grossa**. Florianópolis – SC, 1987.

CABRAL, Oswaldo R. **As defesas da Ilha de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.

COMERLATO, F. Cultura material e possibilidades de intervenção no Forte Sant´Ana, Ilha de Santa Catarina. In: **Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**, 9 a 11 de Outubro de 2000, Porto Alegre, PUCRS.

COMERLATO, F. **Relatório final da coleta de superfície realizada no Forte Sant´Ana**. Florianópolis – SC, 1999. Processo IPHAN nº 01510.000167 / 1999 – 50. R.0239.

CROSS, Susan; HETT, Charles; BERTULLI Margaret. **Conservation Manual for Northern Archaeologists**. Yellowknife: Prince of Wales Northern Heritage Centre, 1991.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina, 1777**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

FOSSARI, T. D. A pesquisa arqueológica do sítio histórico São José da Ponta Grossa. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, 1987/1988, n. 19, p.5-103, 1992.

FOSSARI, T. D. et al. **Diagnóstico sobre os trabalhos de campos a serem efetuados na Ilha Anhatomirim - Fortaleza de Santa Cruz**. Florianópolis-SC, 1989.

FOSSARI, T. D. et al. **Relatório preliminar da pesquisa arqueológica no Forte São José da Ponta Grossa**. MA-UFSC / SPHAN. Florianópolis – SC, 1989.

FOSSARI, T. D. et al. **Relatório preliminar: 2º etapa de pesquisa arqueológica**. Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos na história brasileira. PRCE / UFSC - SPHAN. Florianópolis – SC, 1990a.

FOSSARI, T. D. et al. **Relatório preliminar da pesquisa arqueológica no Forte Santa Cruz de Anhatomirim**. UFSC/SPHAN/Fundação Banco do Brasil. Florianópolis – SC, 1990b.

FOSSARI, T. D. **Relatório do controle arqueológico**, feito durante o desenvolvimento das obras de restauração do Forte São José da Ponta Grossa. Florianópolis – SC, 1992 b.

FOSSARI, T. D. **Relatório final**. Pesquisa arqueológica no Forte São José da Ponta Grossa: Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos na história brasileira. PRCE / UFSC - SPHAN. Florianópolis – SC, 1991.

FUNARI, P. P. A. arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In: SENADORES, M. X.; ZARANKIN, A. (Eds.). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002, p. 107-116.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A. Social archaeology of housing from a Latin American perspective: a case study. **Journal of Social Archaeology**, London, v. 3, p. 23-45, 2002.

IPIUF. Projeto de Ambientação do Forte São José da Ponta Grossa. Florianópolis – SC, 1981.

JOHNSEN, Harald; OLSEN, Bjornar. Hermeneutics and Archaeology: on the philosophy of contextual archaeology. **American Antiquity**, v. 57, n. 3, p. 419-436, 1992.

LIMA, Tania Andrade; FONSECA, Marta Pereira R.; SAMPAIO, Ana Cristina de O.; FENZL-NEPOMUCENO, Andrea; MARTINS, Antonio H. Damasio. A Tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**, São Paulo, pub. avulsa, 1989.

LIMA, Tania. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960 – 1991). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: MAE-USP, 1993.

LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina, quatro séculos de história: XVI ao XIX.** Florianópolis: Editora Insular, 2000.

ORSER JR., Charles E. **Encyclopedia of Historical Archaeology.** London; New York: Routledge, 2002.

PIAZZA, Walter. **O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil meridional.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

SEASE, Catherine. **A Conservation Manual for the Field Archaeologist.** Archaeological Research Tools. Los Angeles: UCLA Institute of Archaeology, 1994.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. **Cenários regionais de uma arqueologia plural.** Porto Seguro: Annablume/Acervo, 2009.

UFSC; IPHAN. **Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina - 250 anos na história brasileira.** Florianópolis – SC, 1989.

ZARANKIN, A. Hacia una arqueologia histórica latino-americana. In: FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. (Eds.). **Arqueología histórica en América del Sur: los desafíos del siglo XXI.** Bogotá: Uniandes, 2004, p. 131-143.